



Com destaque no mês para o financiamento de bicicletas elétricas, Fundo Clima debate aperfeiçoamento no cálculo do impacto dos recursos

Braço de atração de capital privado e externo avança, com potencial de investimentos em R\$ 13,2 bilhões para economia verde na Amazônia; mas o dinheiro que viria do petróleo minguou mais uma vez

Um contrato de R\$ 340 milhões para financiar a compra de até 85 mil bicicletas elétricas é o de maior valor fechado em abril, de acordo com a atualização mais recente de dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre os empréstimos do Fundo Clima, o principal instrumento de financiamento climático do país.

O contrato também é uma novidade na carteira do fundo, com recursos destinados tanto à redução das emissões de gases de efeito estufa como à adaptação às mudanças climáticas. Entre janeiro e abril, o Fundo Clima emprestou via BNDES R\$ 2,6 bilhões, de um total previsto para o ano de R\$ 27,5 bilhões. A maior parcela dos recursos vem sendo destina-

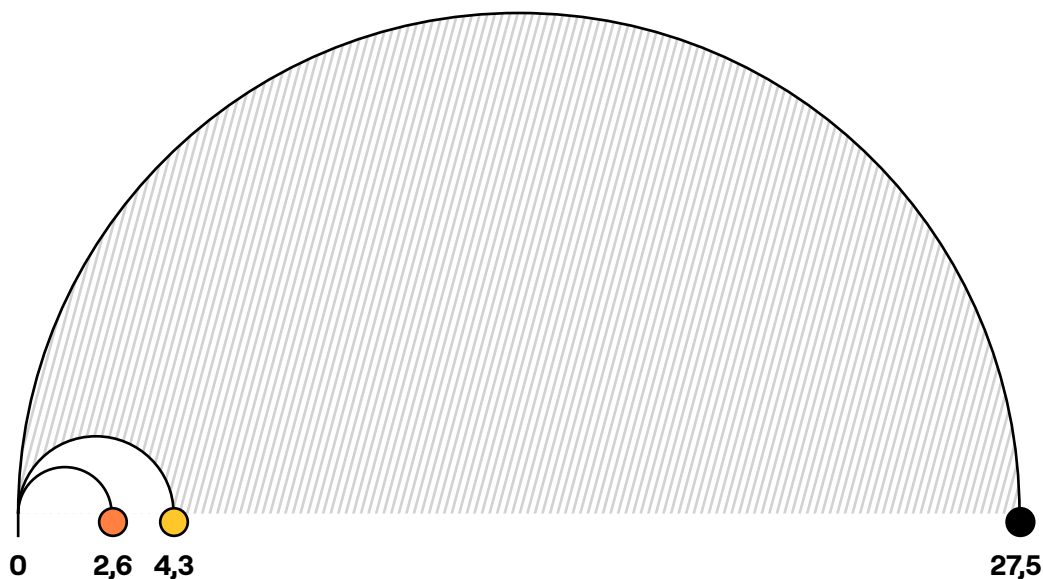
da historicamente à transição energética, sobretudo para a produção de etanol e a construção de usinas fotovoltaicas, como mostram boletins anteriores.

O Painel do Fundo Clima⁽¹⁾, mantido pelo BNDES, indica neste início de junho a aprovação de R\$ 4,3 bilhões de empréstimos em 2026. A aprovação é uma etapa anterior à efetiva contratação do financiamento, quando é possível obter alguns detalhes sobre o destino do dinheiro e o beneficiário do empréstimo. A transparência sobre cerca de 40% dos recursos aprovados acontece com atraso de pelo menos um mês. E mesmo com as operações já contratadas, o site do BNDES não informa o impacto esperado em cada um dos financiamentos.

GRÁFICO 1. FUNDO CLIMA VIA BNDES EM 2026

Valores em R\$ bilhões

● Operações contratadas ● Operações aprovadas ● Recursos disponíveis para empréstimos



(1) <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/painel-fundo-clima>

Em abril, foram registradas as contratações de outras duas operações de crédito no Fundo Clima de valor menor ao destinado à compra de bicicletas elétricas. Os dois empréstimos somam R\$ 33 milhões e beneficiam empresas de energia para a compra de energia. A descrição dos projetos diz que os financiamentos estão relacionados tanto à mitigação das emissões de gases de efeito estufa como à adaptação às mudanças climáticas, mas não fica claro de que forma essa contribuição aconteceria. Esse tipo de descrição do destino dos recursos vem se tornando frequente no Fundo Clima e exige um esclarecimento.

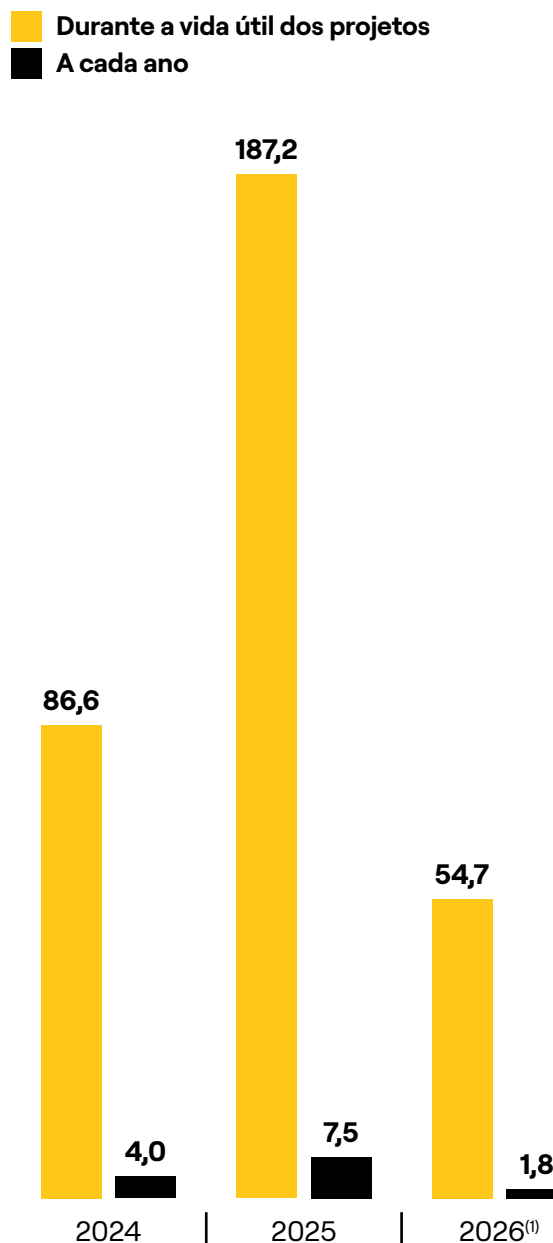
O impacto dos financiamentos do Fundo Clima na meta de corte de emissões dos gases do aquecimento global e também no aumento da resiliência diante da mudança do clima é tema de debate no Comitê Gestor do Fundo Clima.

A contribuição dos empréstimos para os compromissos assumidos internacionalmente pelo país ainda é considerada modesta para o principal mecanismo de financiamento climático do país, que precisa cada vez mais estar alinhado às prioridades estabelecidas no Plano Clima.

Para uma medida de comparação, o Brasil precisa reduzir em 120 milhões de toneladas de carbono as emissões entre 2025 e 2030 e mais outras 470 milhões de toneladas de carbono até 2035. A contribuição a cada ano dos projetos aprovados em 2026 até abril é de 1,8 milhão de toneladas de carbono equivalente. Os empréstimos do Fundo Clima aprovados desde 2024 contribuiriam por ano com a redução de 13,3 milhões de toneladas de carbono equivalente.

GRÁFICO 2: A CONTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS APROVADOS EM 2026, ATÉ ABRIL, PARA A REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, SEGUNDO O BNDES

Em milhões de toneladas de CO₂e



(1) Até o mês de abril

Para os projetos que envolvam adaptação às mudanças climáticas, ainda não há uma métrica oficial definida, como calcular seu impacto. A maior parte dos projetos de adaptação ainda está relacionada a pedidos de empréstimos de estados e municípios

Em abril, nenhum financiamento a entes da federação foi contratado. Mas um total de quase R\$ 807 milhões alcançou o status de “operação aprovada” ou “em análise” pelo BNDES. As operações com estados e municípios podem ser acompanhadas durante a tramitação no banco, diferentemente do que acontece com empresas privadas. As duas maiores operações aprovadas em abril vão beneficiar, a partir do momento em que forem contratadas, o município de Belo Horizonte (MG), com R\$ 480 milhões. É dinheiro para investir em resiliência e adaptação.

Um dado importante na operação do Fundo Clima no último mês é a frustração com o aporte de recursos da venda da participação da União em campos do pré-sal para financiar a descarbonização da economia e aumento da resiliência cli-

mática. Na lei orçamentária aprovada, a previsão é que viriam R\$ 31 bilhões (73% de todo o Fundo Clima em 2026) desses recursos do petróleo.

A previsão original baixou para R\$ 22,1 bilhões, conforme registrou o boletim do Fundo Clima de maio. Em junho, a previsão de aporte de recursos do petróleo para o financiamento climático com os leilões previstos para o final deste mês caiu para menos de R\$ 8,1 bilhões, segundo registro no Tesouro Nacional. A diferença teve de ser coberta por outras fontes de dinheiro público, como o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização.

Um segundo braço do Fundo Clima também avançou em maio, com a divulgação do resultado do quarto leilão Eco Invest, mecanismo coordenado pelo Ministério da Fazenda de atração de investimento privado e internacional. O dinheiro público entra com juros de 1% ao ano para instituições financeiras habilitadas a atrair investimento privado. É o chamado blended finance.

No quarto leilão, foi aprovado o aporte de R\$ 3,1 bilhões de capital público (chamado de catalítico) para atrair um total de R\$ 13,2 bilhões. A maior parte dos recursos será destinada à Amazônia Legal, inclusive para a bioeconomia.

Um quinto leilão Eco Invest foi lançado também em maio, com o objetivo de atrair investimentos para inovação em cadeias consideradas estratégicas, como combustíveis verdes avançados, fertilizantes verdes, sistemas de baterias e veículos elétrico e inteligência artificial aplicada à indústria, por exemplo, por meio de seis novos fundos de inovação a serem criados.

Considerações finais

COMO PRINCIPAL INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DO PAÍS, O FUNDO CLIMA PRECISA ALINHAR OS EMPRÉSTIMOS VIA BNDES CADA VEZ MAIS ÀS PRIORIDADES ESTABELECIDAS NO PLANO CLIMA E PRODUZIR RESULTADOS ROBUSTOS TANTO NA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA COMO NO AUMENTO DA RESILIÊNCIA

É importante a iniciativa em curso no Comitê Gestor no sentido de desenvolver recomendações para o Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2027, já no novo mandato presidencial. Nesse novo mandato, não há garantia de aportes bilionários para o Fundo Clima, como os que têm sido feitos desde 2024.

Entre os aperfeiçoamentos necessários na contabilidade dos impactos dos projetos financiados pelo Fundo Clima por meio do BNDES será importante descontar eventuais emissões por desmatamento dos projetos de usinas solares, quando envolver supressão

de vegetação nativa. Usinas solares constituem um dos destinos privilegiados de recursos do Fundo Clima e têm sido associadas ao aumento do desmatamento, a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Mais desafiador é o estabelecimento de indicadores de impacto para os financiamentos à adaptação à mudança do clima. O BNDES ainda não os definiu. Os leilões Eco Invest já realizados ainda não tiveram relatos de impacto climático das operações nem em termos de redução das emissões de gases de efeito estufa.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)